

Revista Tempo Brasileiro. nº 149, abril-junho 2002, p. 25-42.

**A diferença que aproxima.
Relendo Sérgio Buarque e Oliveira Vianna no contra-fluxo da
tradição**

Marco Aurélio Nogueira

Muitas gerações de estudiosos das idéias no Brasil acostumaram-se a pensar o campo intelectual inaugurado a partir das determinações e desdobramentos da crise da Primeira República – ou, o que dá no mesmo, as proposições ideológicas que buscaram fornecer autoconsciência à “revolução burguesa” em marcha entre os anos 20 e 30 do século XX – como estando estruturado por uma contraposição entre democracia e autoritarismo, de que Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna seriam as expressões mais emblemáticas, tanto pelo mérito intrínseco de suas obras, quanto pela influência que exerceram, e continuaram a exercer nas décadas seguintes, na cultura brasileira.

Em *Raízes do Brasil* e nos livros da caudalosa produção de Oliveira Vianna, aprendemos a enxergar a proposição de dois projetos reformadores do Brasil. No primeiro, sustentado pelo culturalismo alemão e pelas convicções democráticas de Sérgio Buarque, delineava-se um país que deixaria para trás o peso do passado colonial e do mundo rural – de nítida conformação “ibérica” – e assimilaria a moderna sociedade urbana, quase “americana”, abrindo espaço para a virtuosidade do povo, das massas, das emergentes camadas oprimidas da população. No segundo, condicionado pelo sociologismo biológico de Oliveira Vianna, do qual não estariam ausentes tantos “preconceitos raciais” e tantos determinismos, surgia um país cujo futuro promissor deitaria raízes no que o passado teria tido de melhor, mas que dependeria inteiramente da invenção de um Estado centralizador forte, técnica e administrativamente capacitado, e concebido como figura jurídica e política capaz de organizar a nação, antepondo uma perspectiva centrípeta ao tradicional centrifugismo derivado da prevalência dos clãs e incentivado pelo federalismo republicano.

Há uma inegável dose de verdade nesta contraposição. Qualquer leitura isenta e rigorosa dos textos de Oliveira Vianna, por exemplo, não deixará de surpreender suas

inegáveis simpatias pelas soluções “autoritárias”, que ele elevava à condição de recurso quase hobbesiano para a edificação de um país “orgânico”, capaz de explorar todo seu potencial e se completar como nação moderna. O mesmo ocorrerá com Sérgio Buarque de Holanda, com a diferença de que a identificação de suas preferências democráticas derivará não tanto da leitura de *Raízes do Brasil* – onde o tema aparece apenas nas entrelinhas --, mas da valorização da biografia do autor, com sua extensa folha de serviços prestados às causas democráticas e populares até 1982, quando falece. Vivendo bem mais tempo (Oliveira Vianna morreu em 1951), Sérgio Buarque seria “adotado” pela cultura universitária que se fortaleceria sobremaneira nos anos 60 e 70. Ele próprio viraria um quadro acadêmico: assumiria em 1956 a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde lecionou até 1969, quando se aposentou em protesto contra a cassação de diversos colegas pela ditadura militar. Antes disso, além de atuar no jornalismo e na crítica literária, dera aulas na Faculdade de Filosofia na Universidade do Distrito Federal, trabalhara no Instituto Nacional do Livro, na Biblioteca Nacional e no Museu Paulista. [\[i\]](#) Oliveira Vianna, por sua vez, seria quase “amaldiçoado” pela universidade, que daria pouca receptividade as suas idéias politicamente marcadas e a sua trajetória intelectual.

Ao passo que Oliveira Vianna, portanto, seria “condenado” pelo teor do que escreveu entre 1920 e 1951 – e particularmente pelos textos das décadas de 20 e 30 –, Sérgio Buarque acabaria enaltecido sobretudo pelo que fez ao longo de sua vida. O desnivelamento da comparação tornou-se assim evidente: como colocar livros e ações em pé de igualdade, sobretudo se se levar em conta que os livros exprimem uma reflexão consumada, em certa medida cristalizada no tempo, e as ações configuram um leque muito maior de escolhas e se distribuem num tempo histórico mais solto e amplo, implicando portanto maiores oportunidades de revisão, ajustes e correções?

Na verdade, a contraposição entre o famoso livro de Sérgio Buarque e as posições de Oliveira Vianna cresceu apoiada bem mais em comparações tópicas, seletivas, do que em avaliações substantivas dos textos e dos programas concretos dos dois autores. Somente bem mais tarde, isto é, ao longo das décadas de 80 e 90, é que os estudiosos passarão a rever tal posicionamento, com o que iriam se multiplicar os estudos mais maduros e rigorosos no campo das idéias políticas e do pensamento social. [\[ii\]](#)

Até então, a polarização cresceu de modo tortuoso. O ataque a Oliveira Vianna valeu-se muito mais do recurso à denúncia de suas posições racistas, “arianizantes” e tradicionalistas [\[iii\]](#) do que de um diálogo crítico com seu diagnóstico e com seu

programa político, dedicado, como se sabe, a criticar a democracia política e a idéia liberal de liberdade em nome da necessidade de se ter um Estado forte e autoritário capaz de criar a nação. Nas precisas palavras de um estudioso da questão, a linhagem que se dedicou a “bater forte” nas concepções do autor de *Populações Meridionais do Brasil* “concedeu maior atenção à sociologia do que à ciência política de Oliveira Vianna e apenas precariamente enfrentou os problemas de organização e direção da sociedade e do Estado que sua reflexão pretendia resolver”.[\[iv\]](#)

O programa político de Oliveira Vianna não seria avaliado em profundidade, mas apenas superficialmente: sua recusa da democracia política praticada pelos liberais e sua defesa apaixonada da ação racional do Estado como recurso para construir a sociedade nacional, a cidadania, a institucionalidade política, seriam descartadas como “autoritárias” em nome de uma postulação democrática bastante abstrata e genérica. Com isto, *Raízes do Brasil* apareceria como o contraponto ótimo de *Populações Meridionais*, ainda que Sérgio Buarque, naquele livro, assimilasse boa parte do diagnóstico de Oliveira Vianna, seguisse de perto seu método e não dialogasse seriamente com suas propostas políticas. Mesmo em seu último e justamente famoso capítulo, onde é anunciada a “nossa revolução”, o livro teria uma relação vaga e imprecisa com a idéia de democracia e não avançará uma linha no que diz respeito ao modo concreto de “salvar” o país.

A esta altura da história, depois de tantos avanços no conhecimento da história de nossas idéias políticas, não vale a pena polemizar com as consolidadas imagens de um Oliveira Vianna autoritário e de um Sérgio Buarque democrático. Haveria poucos ganhos substantivos nisto. Mas parece-me importante argumentar que a colocação destes dois grandes pensadores em posições políticas antagônicas (Estado forte *versus* sociedade democrática, esquerda e direita, autoritarismo e democracia), em que pese sua maior ou menor dose de verdade, simplifica demais a questão, não ajuda a que se compreenda melhor nem a originalidade dos diagnósticos alcançados pelos autores, nem o sentido e as implicações políticas de suas propostas reformadoras. Procurarei sugerir, de modo mais tentativo que categórico, acompanhando, neste particular, algumas pistas já abertas pela literatura existente, que entre o Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil* e o Oliveira Vianna dos textos escritos entre 1920 e 1940 há uma forte semelhança de fundo que não pode ser desconsiderada nem muito menos relativizada. A hipótese que aqui se pretenderá sustentar é que esta

semelhança aproxima os autores e permite assim que se percebam com maior clareza as diferenças existentes entre eles. Semelhanças e distinções serão vistas, portanto, como parte de um diálogo implícito entre estes dois gigantes de nosso pensamento social. As fortes e nítidas diferenças que os separam servem, também, para que entendamos melhor aquilo que os aproxima.

Semelhanças inevitáveis

O primeiro e mais importante traço desta semelhança de fundo reflete, antes de tudo, a contemporaneidade dos autores, o efeito que neles tiveram as marcas do tempo, ou seja, o clima e o ambiente cultural dos anos 20 e 30, tão bem avaliados, dentre outros, pelos textos de Antonio Candido.

A época irá representar, acima de tudo, a abertura de novos espaços para a afirmação de diferentes projetos dedicados a rever e criticar os costumes políticos, reduzir o exclusivismo agrário e modernizar o País. A inexistência inicial de programas de ação mais claros foi logo compensada pela afirmação de um nítido ímpeto reformador. Aos poucos, foi-se configurando a imagem de uma revolução burguesa mais bem definida, direcionada para a ativação de uma nova economia e de uma nova forma do Estado. Embalada pela dinâmica da crise da velha República, de sua sociedade e de sua economia, desencadeia-se uma onda de entusiasmo modernizante e renovação, fazendo com que a sociedade conheça uma fase de experimentação, instabilidade e efervescência. Por todo o País, à esquerda e à direita, processa-se um realinhamento da intelectualidade, que se volta claramente para o novo Brasil que surgia, disposta a auxiliá-lo na busca de uma identidade nacional. Regra geral, os problemas do País passarão a ser examinados com critérios mais pragmáticos, muitas vezes à base de uma confusa visão anticapitalista e quase sempre com a preocupação organicista de unificar e integrar a nação, romper a predomínio oligárquico de antes, organizar e dar coesão ao novo ser social que surgia. Não por acaso, as idéias de socialismo, revolução, Estado, classe trabalhadora, pátria, progresso — cujo vigor se mostra com clareza na década de 20 e se aprofunda na década seguinte — tenderão a se incorporar com maior nitidez aos discursos políticos e ao imaginário popular, deslocando as concepções de antes. Também não será por acaso que o campo das lutas ideológicas passará a ficar determinado pela disputa entre comunismo e integralismo: embora qualitativamente diversas

e referidas a distintos agentes sociais, ambas eram doutrinas que se afirmavam no combate ao individualismo "burguês" e à "democracia liberal", que, naquele momento, no Brasil e no mundo, não gozavam de boa saúde. [\[v\]](#)

Se na literatura, por exemplo, como observou Antonio Candido, até 1930 predominava uma "ideologia de permanência, representada sobretudo pelo purismo gramatical" — o que correspondia às "expectativas oficiais de uma cultura de fachada, feita para ser vista pelos estrangeiros" —, após a Revolução "generalizam-se os fermentos renovadores" provenientes dos anos 20. Em decorrência, "o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão", expressando uma "espécie de convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas", de direita e especialmente de esquerda. O movimento de outubro de 1930 não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, mas "um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova". Neste sentido, foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um "antes" diferente de um "depois". Tal se deu porque o movimento desencadeou um processo de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. Além do mais, criou condições para que se realizassem e ganhassem difusão diversas aspirações e inovações geradas no decênio anterior, que havia fomentado grandes e inúmeras mudanças. Os anos 30 foram tingidos pela política e pela conscientização ideológica nas artes e na vida intelectual: foram anos de engajamento político, religioso e social. O símbolo do período será a *radicalização*. Ela aparecerá de modo claro na procura insistente de uma atitude de análise e crítica em face do que se chamava incansavelmente de "realidade brasileira", encarnando-se nos estudos de história, política, sociologia e antropologia, "que tiveram incremento notável". [\[vi\]](#)

A ênfase da época, portanto, estará concentrada no esforço para redescobrir o país real, revê-lo de uma perspectiva renovada, mais rigorosa, científica e objetiva. Sérgio Buarque e Oliveira Vianna não escaparam deste clima, e suas obras são claros documentos desta intenção "epocal" de ir ao encontro de um país que andara escondido nas dobras dos discursos tradicionais, bacharelescos, beletistas, cegos de daltonismo, como diria Oliveira Vianna.

Os diagnósticos apresentados em suas obras expressavam esta atmosfera e se aproximarão também por isto. Nelas, além do mais, irá calar fundo a disposição para fixar um

idêntico ponto de partida metodológico: [vii] seria preciso ir às raízes da experiência histórica brasileira para, a partir delas e de sua evolução no tempo, projetar um novo país. Tanto Oliveira Vianna quanto Sérgio Buarque queriam estabelecer o que nos era singular, o que nos diferenciava dos outros povos, para assim assentar as bases sobre as quais erguer uma nova nação. Não admitiam pensar reformas a partir de esquemas teóricos concebidos em outras terras e com outros propósitos, impotentes portanto para refletir o país real. Se Oliveira Vianna pretendia redesenhar as instituições políticas e alcançar uma “concepção do Estado brasileiro, enquadrado dentro do Brasil”, [viii] Sérgio Buarque falava em “relegar aos seus justos limites o domínio de certos princípios e fórmulas políticas”, abordar a “realidade feia e desconcertante” em vez de se refugiar no mundo ideal acenado pelos doutrinadores ou de “criar asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia”. [ix]

Ambos, além disto, queriam ajustar as contas com certos traços e atores da história nacional. Desejavam denunciar os estragos derivados do predomínio absoluto do latifúndio rural, do exclusivismo agrário, do ruralismo asfixiante e predatório, a partir do que a nação não pudera se constituir de modo unitário e se arrastara na dispersão, na fragmentação, na impotência: Oliveira Vianna não se cansará de bradar contra os clãs, tanto quanto Sérgio Buarque de Holanda denunciará a desordem e anarquia derivadas da tradição portuguesa. Serão temas comuns a um e outro, ainda que distintas acabem sendo as propostas de combate. A Sérgio Buarque, não passaria despercebido o efeito da mentalidade “ibérica” na constituição do homem brasileiro e de sua sociedade, atravessada pela “cultura da personalidade”, em si mesma bloqueadora de ordenações e hierarquias mais consistentes, baseadas, por exemplos, em interesses e cálculos racionais. A ideologia mais “impessoal” do liberalismo não teria livre curso por aqui. A colonização portuguesa reforçaria a “cordialidade” de origem ibérica, disseminaria aventureirismo, improviso e muito ruralismo, estruturando um padrão de autoridade muito colado à família, ao mundo doméstico, à vida privada. Em *Raízes do Brasil*, a frase será categórica: “À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os

homens, não de os unir". (RB, 5). Se tivesse desejado, Oliveira Vianna não teria tido dificuldade de ver nesta explicação um bom terreno para assentar sua teoria dos clãs, do localismo, das oligarquias e do caudilhismo rural.

Ambos também mantiveram firme distância crítica da República inaugurada em 1889 – seja porque ela, como dizia Oliveira Vianna, possibilitou o fim da política unitária do Império e a ascensão de agrupamentos políticos destituídos de espírito público, seja porque ela, nas palavras de Sérgio Buarque, incentivou a expansão de um liberalismo descolado da realidade, reforçou o bacharelismo e criou apenas, quando muito, uma "plutocracia", deslocando a antiga "casta de homens" que, no tempo do Império, "assegurava ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada" (RB, 170).

Ambos, em suma, cada um a seu modo, queriam combinar o entendimento científico de nossa formação histórica com uma idéia de modernização nacional. O maior ou menor rigor com que se aplicaram nesta tarefa, os resultados mais ou menos profícuos que obtiveram, as distinções de qualidade e estilo que entre eles se pode notar, não devem servir para que se perceba que ambos bebiam na mesma fonte e praticavam as idéias de modo bastante semelhante. Como diz Luiz Guilherme Piva, idealizações e "invencionices" – que exprimem, digamos, uma certa superposição do discurso ideológico, panfletário, ao discurso científico, necessariamente mais sereno – não foram privilégio de ninguém naquele período, e podem ser localizadas tanto em Oliveira Vianna quanto em Sérgio Buarque, ou mesmo em Azevedo Amaral e Nestor Duarte. [x]

Semelhanças e aproximações à parte, os dois pensadores viveram quase às turras e seguiram trajetórias bem distintas. Sérgio Buarque, que, em 1936, quando sai a primeira edição de *Raízes do Brasil*, praticamente estreava na historiografia, encontrará em Oliveira Vianna um contraponto inevitável – um ícone, cercado de prestígio e homenagens, que precisava ser despedaçado ou, no mínimo, claramente contestado. Nas entrelinhas de seu livro, serão muitos os diálogos implícitos com o autor de *O idealismo da Constituição*, ainda que Sérgio Buarque evite, a todo custo, explicitar suas divergências e diferenças. Mais que como adversário teórico ou político, Oliveira Vianna será tratado, em *Raízes do Brasil*, como uma espécie de desafio intelectual, algo a ser suplantado com uma teoria mais "ágil" e "moderna" e com um programa político menos peremptório, menos rígido e arrogante.

Será esta, aliás, a posição manifestada por vários intérpretes de *Raízes do Brasil*, que verão na teoria de Sérgio Buarque um avanço em relação à sociologia dos “pais fundadores”, Oliveira Vianna incluído. Antonio Candido, por exemplo, quando da reavaliação a que submete *Raízes do Brasil*, em 1967, dirá que, diante dos grandes livros dos anos 30 – *Casa Grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., além do de Sérgio Buarque --, “a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Vianna já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais”.[\[xi\]](#) Será semelhante a opinião de Evaldo Cabral de Mello, ao afirmar que Manuel Bonfim e Oliveira Vianna, dentre outros, “havia utilizado uma sociologia já ultrapassada nos centros de criação científica do Ocidente”.[\[xii\]](#)

Seja como for, Sérgio Buarque jamais submeterá Oliveira Vianna a uma crítica rigorosa. Sua posição diante do autor de *Populações meridionais* será sempre marcada por uma certa ambigüidade, permanecendo mais implícita que explícita.

Ambigüidades constitutivas e calculadas

Já se deu a devida atenção, com grande ênfase, correção e rigor, à existência, em *Raízes do Brasil*, de uma “ambigüidade profícua na avaliação de qual o fator que deve ser instaurado ou potencializado (são contraditórios os termos, mas é esta a ambigüidade) em nossa realidade para que a confiança no futuro venha de fato a se justificar”.[\[xiii\]](#) Seria esta, na verdade, a base de uma série de ambigüidades e insuficiências, já reconhecidas também por outros autores.[\[xiv\]](#)

Sérgio Buarque oscila entre a valorização das raízes ibéricas de nossa formação – fundamento do componente propriamente nacional da história brasileira – e o elogio da vertente “americana” então emergente nos anos 20 e 30 do século passado, com a qual se impulsionaria a chegada à modernidade. Parece haver nele uma vontade não-manifesta de encontrar um modo de fundir iberismo e americanismo.[\[xv\]](#) É a mesma postura que se evidencia no tratamento dado às relações entre o componente “ladrilhador” (mais racional e disposto ao planejamento) e o componente “semeador” (mais colado às determinações autênticas e singulares da experiência) do tipo humano

brasileiro. Sérgio Buarque não pouparia críticas aos vícios de nossa herança ibérica – o privatismo, o atraso econômico, o ruralismo, o provincianismo --, mas não chegaria jamais a valorizar unilateralmente o “americanismo” moderno, com sua audácia empreendedora, seu individualismo competitivo, sua organização racional da vida.

Curiosamente, *Raízes do Brasil* dará grande destaque, sobretudo no capítulo dedicado ao “homem cordial”, à necessidade de se submeter a ordem familiar, base da vida privada, à ordem estatal – a uma espécie de “entidade imaterial e impessoal” que pairaria sobre os indivíduos e presidiria os seus destinos” (RB, 179) --, único modo de se constituir uma autêntica comunidade política. [xvi] Seria “só pela transgressão da ordem doméstica e familiar que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade” (RB, 129). Enquanto a cordialidade for forte – e, com ela, a mentalidade doméstica, familiar --, o Estado não terá como se constituir ou funcionar de modo burocrático, racional, impessoal: o público será engolido pelo privado, o coletivo pelo particular, a impessoalidade pela pessoalidade, o pacto social pela anarquia, e assim por diante. “Em terra onde todos são barões – escreverá ele --, não é possível um acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (RB, 5).

No entanto, talvez porque pretendesse se distanciar de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque permanecerá longe do tema do Estado, como se fosse possível pensar numa ordem pública que não tivesse o Estado em posição central. Não dará qualquer esclarecimento a respeito da forma que deveria ter este Estado entre nós, nem das reformas que deveriam ser implementadas para que o Estado florescesse e cumprisse uma função. O historiador ficará numa posição ambígua também no plano mais ideológico: reivindicará distância tanto do liberalismo quanto do “autoritarismo” de Oliveira Vianna, dos integralistas e dos comunistas.

Trata-se, esta, de uma ambigüidade que poderíamos chamar de constitutiva, inerente ao autor, manifestada no plano de sua concepção do mundo. Ela se misturaria com suas opções teóricas e seria compatível com seu próprio estágio de evolução intelectual. Seria, em suma, uma ambigüidade correspondente à juventude de Sérgio Buarque e ao fato de que *Raízes do Brasil* era, no fundo, sua primeira incursão mais séria no campo da historiografia, no qual ele se destacaria posteriormente.

Sérgio Buarque não tinha como se contrapor consistentemente aos programas políticos que desejava combater – o autoritarismo de Oliveira Vianna e do varguismo, o integralismo e o comunismo. Como lhe faltavam elementos e “malícia”, travará este combate no plano ético, moral, valorativo, inevitavelmente mais abstrato. Isto retirará força de *Raízes do Brasil*, de algum modo esterilizando seu diagnóstico. (RB, 164-165)

A revolução em marcha desde a Abolição impulsionava a passagem do “iberismo” para o “americanismo”, o rural sendo substituído pelo urbano – o privatismo pela vida pública – na organização da nacionalidade. O “aniquilamento das raízes ibéricas” é descrito com traços fortes, do mesmo modo que, páginas atrás, havia sido feito o elogio do caráter inteiramente ibérico do brasileiro e da herança portuguesa, constitutiva do nosso tipo social. “A verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”. (RB, 15).

Mas seria o caso de perguntar: ao aniquilarem-se as bases ibéricas, não se estaria aniquilando também um pedaço decisivo de nossa personalidade, de nossa “alma comum”? Do mesmo modo: como se podia elogiar a tradição ibérica e, ao mesmo tempo, ver nela apenas a base de produção de fatores anárquicos, voltados para a disseminação da “desordem”, como se fará em diversas passagens de *Raízes do Brasil*? Como poderia a tradição servir de guia para a construção de uma ordem pública no futuro? Se não poderia, o que fazer com ela? Descartá-la? Mas como, se estava impregnada em nós mesmos?

Sérgio Buarque oscilará muito, neste ponto. “A falta de coesão em nossa vida social não representa um fenômeno moderno”, dirá, mas vem do passado, justamente da tradição ibérica que assimilamos. Estocará sutilmente Oliveira Vianna: “é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele”. O recurso ao passado, continuará, significaria apenas

“um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente”. (RB, 6).

Nosso passado não podia ser pensado de modo idílico, como se tivesse contido ordens e hierarquias consistentes. Não houve nada disso entre nós. Sequer os privilégios puderam aqui vicejar plenamente. A nobreza portuguesa não foi uma “aristocracia fechada”, nem se tornou assim ao se transplantar para os trópicos. Misturou-se, abriu-se, transfigurou-se em outra direção, demonstrando “surpreendente capacidade de adaptação a novas formas de existência” (RB, 9). Os ibéricos não se deixaram levar pela tendência à racionalização protestante da vida e se aproximaram precocemente da idéia de que os governos sempre representaram o “princípio unificador” por excelência. (RB, 12). Além do mais, desenvolveram “invencível repulsa” a toda moral fundada no culto ao trabalho – “uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobre, do que a luta insana pelo pão de cada dia” (RB, 12-13).

Para não perecer diante de tantos elementos desagregadores, acostumaram-se a mandar e a obedecer – a obediência aparece, para os ibéricos, como “virtude suprema entre todas”, “único princípio político verdadeiramente forte”, fonte de toda a disciplina”. (RB, 14).

Como então confiar neste passado e nesta tradição? Com a colocação em marcha da “nossa revolução”, dirá Sérgio Buarque, “a simples obediência como princípio de disciplina parece uma fórmula caduca e impraticável”. Daí “a instabilidade crescente de nossa vida social”, concluirá. “Desaparecida a possibilidade desse freio, é em vão que temos procurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado”. (RB, 14).

Havia assim uma ambigüidade no próprio processo real: ele não se fazia revolucionariamente, de modo impetuoso, forjando rupturas categóricas, eliminações e destruições. A “nossa revolução” evoluía lentamente, mediante mesclas e concessões de época para época, fusões e incorporações. O “aniquilamento das raízes ibéricas” passaria por um “lento cataclismo”, cujas “ressonâncias últimas ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo” (RB, 164). O “americanismo” era insuficiente para promover deslocamentos mais fortes: resumia-se, naqueles anos,

“numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra – o americano ainda é inteiramente inexistente” (RB, 165).

O “desaparecimento progressivo das forças tradicionais” produziria assim, por si mesmo, ambigüidades e desajustes. Em *Raízes do Brasil*, será recorrente o esforço para caracterizar o teor desta revolução que se fazia sem muitas transformações efetivas. “O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das conseqüências de tal situação”. (RB, 170). A revolução que nos projetaria no moderno seguiria caminhos sinuosos, no decorrer dos quais a desagregação da herança ibérica e a ruína do ruralismo produziriam mil e uma possibilidades: saídas democráticas ou autoritárias, combinadas ou não com formas mais atualizadas de cordialidade e de caudilhismo, embebidas em maior ou menor dose de americanismo. Ao historiador não caberia, weberianamente, estabelecer ou prever o desfecho dos processos. “A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente estabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo, assim, entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”. (RB, 175).

Daí as ambigüidades e vacilações mais graves, que não seriam encontradas em Oliveira Vianna: era ou não necessária – possível e conveniente – a construção de um Estado moderno entre nós, isto é, um Estado aparelhado para defender o público contra o privado, disseminar justiça social, afirmar a lei e garantir a prevalência do cidadão, ainda que no bojo do “homem cordial”? Sérgio Buarque responderá positivamente, mas fugirá de uma adesão mais clara ao próprio tema do Estado. Atacará o liberalismo, mas terminará por não conseguir nem se distinguir muito bem dele, nem contestá-lo no plano propriamente político.

Em seu livro, o liberalismo será recusado por ser uma "teoria essencialmente neutra, despida de emotividade e que se enquadra facilmente em fórmulas". Os pressupostos liberais contrastam com "qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais". Ao mesmo tempo, porém, percebe que "com a simples cordialidade não se criam os bons princípios", nem se edifica um viver coletivo institucionalizado: "É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social" (RB, 182).

O discurso, neste ponto, flertará paradoxalmente com temas caros aos ideólogos que *Raízes do Brasil* desejava criticar: "A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar". A saída, porém, não estaria na tirania ou na ditadura -- deveria ser descoberta num contato estreito com a realidade nacional. Sérgio Buarque, porém, não se estende na análise, limitando-se a observar que "existem outros remédios além da tirania para a consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional" (RB, 182), remédios estes que só poderiam ser encontrados na "feia e desconcertante realidade" do país, não no refúgio fornecido pelo mundo ideal (com seus princípios e fórmulas). Seria preciso não perder de vista o "espetáculo detestável" oferecido pelo mundo da vida real.

O silêncio quanto aos "remédios" alternativos teria de ser dissimulado, e Sérgio Buarque não deixará de repudiar os "ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam fazer obra democrática", os "caudilhos esclarecidos" da Europa moderna, os partidários do fascismo, com sua "reforma que em essência é apenas uma sutil contra-reforma" (RB, 183), os integralistas que macaqueavam o mussolinismo mas extraíam dele a "truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica" e transformam sua "energia sobranceira" em "pobres lamentações de intelectuais neurastênicos". Atacaria também os comunistas, que, no Brasil, pareciam ser os "menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional".

O livro terminará projetando seu autor para uma posição de quase-isolamento: todos tinham algo a ser criticado e rejeitado, ao mesmo tempo em que a realidade não era confiável a ponto de estimulá-lo a propor uma plataforma mais concreta de ação.

O Estado imaginado por Sérgio Buarque não poderia ser despótico – pois isto “condiz mal com a doçura de nosso gênio” –, mas necessitaria de “pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e respeitabilidade”. Os termos serão calculadamente evasivos, como se refletissem o receio do autor em caminhar por um terreno minado. O Estado poderia conquistar “força assombrosa” entre nós e cumprir uma função grandiosa desde que “as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo” (RB, 170). Como no Império, aliás.

Sérgio Buarque não pensará, porém, nem a forma da autoridade nem a ordem institucional que poderiam forjar este Estado meio “ibérico” e meio “americano”, que deveria ter respeitabilidade e pujança mas também garbo e harmonia, de modo a respeitar a “doçura do gênio”. Seguirá caminho oposto ao de Oliveira Vianna. Flutuará em meio a ambigüidades constitutivas e calculadas, nas quais fincará suas bandeiras democráticas imperfeitamente delineadas. O conceito de cordialidade cumprirá aqui sua principal função, como expressão de uma “predisposição cultural que seria, ao mesmo tempo, como observou Ângela de Castro Gomes, “um obstáculo e uma proteção”: um obstáculo, “uma vez que bloqueia a instauração de um verdadeiro espaço público democrático onde devem dominar relações sociais impessoais. Mas também uma proteção, já que pode evitar os excessos de uma sociedade moderna ultra-racionalizada, burocratizada e impessoal”.[\[xvii\]](#)

Ao passo que Oliveira Vianna pecará pelo “excesso” de imaginar e defender uma ordem pública reduzida ao momento da centralização e da organização estatal forte – despojando-a portanto de bases democráticas e populares – Sérgio Buarque pecará pela “recusa” em fundamentar sua adesão à democracia: ao deixar de pensar nos movimentos que deveriam ser feitos para que a democracia se organizasse no país – provando, assim, não ser incompatível com a nacionalidade e se mostrando capaz de dar eixo e consistência à modernização desejada --, permanecerá no mesmo plano engenhoso e abstrato para o qual deslocava, criticamente, as idéias e posições de Oliveira Vianna.

Talvez seja muita pretensão, mas ler *Raízes do Brasil* pelo que o livro e seu autor não fizeram – não quiseram ou não puderam fazer –, explorando ângulos mais inusitados e menos explorados, revela-se, assim, como um modo de devolver a obra a seu contexto histórico real, originário, o que é, suponho, um gesto de reverência e respeito a sua grandiosidade.

[\[i\]](#) Para uma avaliação abrangente da obra, da trajetória e dos traços biográficos de Sérgio Buarque, ver o número especial da *Revista do*

Brasil, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/RioArte-Fundação Rio, Ano 3, nº 6, 1987, onde podem ser encontrados artigos e depoimentos inteiramente dedicados ao escritor.

[iii] Bons exemplos desta nova orientação são, dentre outros: Antonio A. Prado *et al.* *Sérgio Buarque de Holanda*. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro, Imago, 1992; Élide Rugai Bastos & João Quartim de Moraes (orgs.), *O pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Editora da Unicamp, 1993; Lourenço Dantas Mota, *Interpretação do Brasil. Um banquete no trópico*, São Paulo, Editora Senac, 2001, Vols. 1 e 2; Luiz Guilherme Piva, *Ladrihadores e semeadores. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*, São Paulo, Editora 34, 2000.

[iii] Como observou corretamente o historiador Nilo Odália, “o problema das etnias não se constitui uma das chaves de interpretação do pensamento de Oliveira Vianna. Diria que seu arianismo e sua defesa de uma aristocracia rural são frutos de uma ingênua e despropositada confiança numa pseudociência racial, de um lado, e, de outro, da sua visão nostálgica de valores originários das sociedades pré-capitalistas”. Em outros termos, “o problema do branqueamento da população brasileira, central na visão de mundo política de Varnhagen, não tem a mesma importância em Oliveira Vianna”. (*As formas do mesmo. Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, São Paulo, Editora Unesp, 1997, p. 167 e 134).

[iv] Gildo Marçal Brandão, “Oliveira Vianna – Populações meridionais do Brasil”, in Lourenço Dantas Mota (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico, ob. cit.*, Vol. 2, p. 302.

[v] Marco Aurélio Nogueira, *As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado*, São Paulo, Paz e Terra, 1998, cap. 1, “Os Anos Trinta e a nova forma do Estado”.

[vi] Antonio Candido, “A Revolução de 30 e a cultura”. In: *Novos Estudos*, Vol. 2, nº 4, abril de 1984, pp. 27-36.

[vii] A idéia está expressa, com particular ênfase, no livro de Luiz Guilherme Piva, *Ladrihadores e semeadores*: “Pode parecer herético, mas não só os diagnósticos, mas muito do método de Holanda, apesar de seu bom uso de categorias novas de weberianismo, é gêmeo ao de Vianna” (*ob. cit.*, p. 177, n). E também no ensaio de Ângela de Castro Gomes, “A dialética da tradição” (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 12, vol. 5, fevereiro de 1990, p. 15-27), que, debruçando-se sobre *Raízes do Brasil* e *História Social da Economia Capitalista no Brasil*, escrito por Oliveira Vianna na década de 40, observa: “ambos os livros são construídos a partir de um diagnóstico sobre o Brasil que trabalha com um mesmo conjunto de elementos básicos e que desemboca numa apreciação sobre o ‘homem brasileiro’ surpreendentemente convergente” (*ob. cit.*, p. 16). Porém, por mais que o Oliveira Vianna “maduro” revele efetivamente um autor disposto a rever certas posições e influenciado por novas teorias e perspectivas, sua proximidade com os temas, focos e conceitos de Sérgio Buarque se dá desde os textos de “juventude”, escritos nos anos 20 e 30.

[viii] A idéia toda foi assim expressa por Oliveira Vianna: “Os problemas do Estado não podem ser resolvidos sem levar em conta as condições da vida cultural do povo, entendida esta palavra no seu sentido etnológico; é preciso prender o Estado e a sua organização a estas condições, de que a estrutura do Estado deve ser o reflexo ou sob cuja influência vive e

funciona". *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1987, vol. II, p. 69-70.

[ix] Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 4ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 182. As demais citações serão feitas a partir desta edição e indicadas no corpo do texto com as letras *RB*, seguidas do número da página.

[x] Luiz Guilherme Piva, *ob. cit.*, p. 173.

[xi] Antonio Candido, "O significado de *Raízes do Brasil*", dezembro de 1967, agora incluído em *Raízes do Brasil*, 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.

[xii] Evaldo Cabral de Mello, "Raízes do Brasil e depois", incluído como posfácio em *Raízes do Brasil*, 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 189-193.

[xiii] Luiz Guilherme Piva, *ob. cit.*, p. 153-154.

[xiv] Por exemplo, George Avelino Filho, "As raízes de *Raízes do Brasil*", *Novos Estudos*, nº 18, setembro de 1987, p. 33-41.

[xv] Para a discussão das complexas e sempre tortuosas relações entre americanismo e iberismo, bem como para a apreciação de sua aplicabilidade no caso brasileiro, ver Luiz Werneck Vianna, "Americanistas e iberistas. A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos", agora em *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1997, p.125-172.

[xvi] A questão da cordialidade na obra de Sérgio Buarque de Holanda tem sido objeto da atenção de diversos estudiosos. A este respeito, ver, dentre outros, o sugestivo trabalho de João Cezar de Castro Rocha, *Literatura e cordialidade. O público e o privado na cultura brasileira*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. E também George Avelino Filho, "Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 12, vol. 5, fevereiro de 1990, p. 5-14.

[xvii] Ângela de Castro Gomes, "A dialética da tradição", *ob. cit.*, p. 17.